Câmara autoriza R$ 40 mil do FIA para atividades socioassistenciais

ASSESSORIA/CMPB



O recurso aprovado será aplicado no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, para crianças e adolescentes

Cristina Vargas
cristina@diariodosudoeste.com.br

Na sessão ordinária dessa segunda-feira (24), da Câmara Municipal de Pato Branco, os vereadores aprovaram em primeira votação o Projeto de Lei nº 175, de 2022, de autoria do Executivo, no valor de R$ 40 mil, que autoriza crédito especial, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Conforme o projeto, o recurso é oriundo de repasse do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência (FIA) aos Fundos Municipais para a Infância e Adolescência (FMDCA). "Será aplicado no aprimoramento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), executado na rede pública e voltado às crianças e adolescentes, com idade entre 0 a 17 anos. O SCFV é realizado em grupos e organizado para ofertar atividades socioassistenciais, visando reduzir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social, fortalecer os vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária.

Bens imóveis

Também foi aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 5, de 2022, de autoria do vereador Joecir Bernardi (PSD), que altera "dispositivo da Lei Complementar nº 81, de 16 de abril de 2020, que disciplinou a dação em pagamento de bens imóveis, como forma de extinção da obrigação tributária, prevista no inciso XI, do art. 156 do Código Tributário Nacional, acrescido pela Lei Complementar Federal no 104, de 10 de janeiro de 2001, e o artigo 310, inciso XI, da Lei Complementar no 001/98 - Código Tributário Municipal". O Projeto foi aprovado junto com a Emenda nº 52 de 2022, aprovada em votação única.

Segundo o parlamentar, o projeto se justifica com o "intuito de que todos os bens imóveis ofertados à municipalidade, com o fim de extinguir a obrigação tributária, deverão conter três avaliações (em lugar de apenas uma, como é atualmente), devendo prevalecer o valor que melhor reflita uma operação normal de compra e venda entre interessados independentes".

O projeto explica também que "as três avaliações financeiras/mercadológicas deverão ser feitas por profissionais vinculados ao Creci/PR ou com Anotação de Responsabilidade Técnica, além da avaliação administrativa do imóvel realizada pela Comissão de Avaliação Imobiliária do Município".

Legislativo promove evento para o Terceiro Setor

Na quinta-feira (20), o Legislativo realizou o encontro "Emendas Impositivas para o Terceiro Setor", com o objetivo de reunir os representantes das Organizações da Sociedade Civil (OSC), para repassar informações e esclarecer dúvidas sobre a documentação necessária para a constituição de entidade, e para a solicitação de Emendas Impositivas aos parlamentares.

O encontro contou com explanação dos servidores da Prefeitura de Pato Branco, do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), contadores e de servidores da Casa de Leis. Participaram do evento os vereadores, Claudemir Zanco (PL) – presidente do Legislativo, Dirceu Boaretto (Podemos), Joecir Bernardi (PSD), Marcos Junior Marini (Podemos), Rafael Celestrin (PSD) e Romulo Faggion (União Brasil).

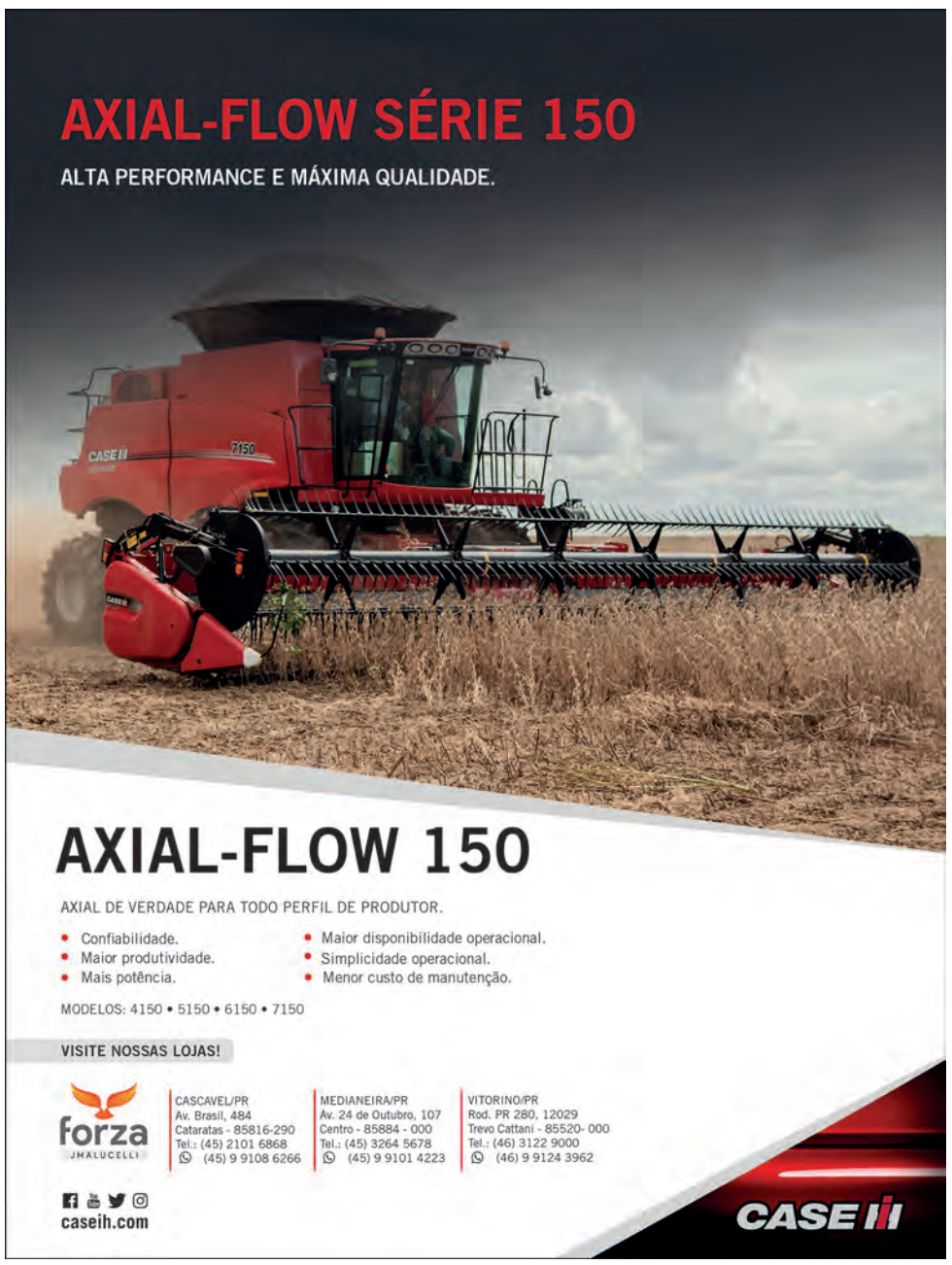
Na oportunidade, Zanco frisou que o encontro foi organizado para esclarecer e alinhar informações, focando na transparência do processo e para auxiliar as entidades a se legalizarem para receberem Emendas Impositivas.

Anuska de Sá Gudoski, assistente social da Prefeitura, apresentou e explicou ponto a ponto, o novo modelo do Plano de Trabalho, que é um dos documentos necessários para as entidades que queiram pleitear recursos das Emendas Impositivas.

A contadora Talita Rocheli Pinheiro Vendruscolo explicou como as entidades precisam se organizar para estarem devidamente constituídas e aptas para participarem de orçamentos públicos. Para isso, é preciso seguir toda a legislação, ter um planejamento de ações, utilizar a verba recebida corretamente e manter em dia a prestação de contas.

Sobre a tramitação das Emendas Impositivas junto ao Poder Legislativo, explanaram o servidor Paulo Dias e o vereador e presidente da Comissão de Orçamento e Finanças (COF), Joecir Bernardi (PSD). Pela Prefeitura de Pato Branco, a responsável pela Gestão das Emendas, Maristela Chociai, explicou sobre a tramitação junto ao Executivo, bem como, os impedimentos técnicos que podem impedir uma entidade de receber valores das Emendas Impositivas.

A presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), Ediluesa Brinkman, e a membro do CMAS, Vilmar da Silva, apresentaram os trabalhos realizados e destacaram a importância do Conselho, que tem o papel de explicar as documentações necessárias para as entidades que tenham o cunho social. Isso porque todas as entidades desta área têm a obrigatoriedade de estarem inscritas no CMAS para receberem as Emendas Impositivas.





Professor da UTFPR aborda uso e ocupação do solo urbano de Pato Branco em sessão da Câmara

Aline Vezoli
redacao@diariodosudoeste.com.br

O professor e engenheiro da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ney Lyzandro Tabalipa, foi convidado pelos vereadores Romulo Faggion, Eduardo Albani Dala Costa e Marcos Junior Marini, para falar sobre o "uso e ocupação do solo urbano de Pato Branco e suas consequências sociais e ambientais" em sessão ordinária da Câmara de Pato Branco, nesta segunda-feira (24).

O convite foi realizado para que o professor aborde os alagamentos que frequentemente tem acometido o município, já que a UTFPR, a partir do Departamento de Construção Civil, desenvolve trabalhos sobre desastres urbanos desde o ano 2000 e, em 2009, criou o Núcleo de Pesquisa em Riscos Urbanos (NUPRU).

De acordo com o professor, o NUPRU estuda áreas de escorregamentos de encostas, enchentes urbanas, gestão de resíduos, mobilidade urbana e sensoriamento remoto. O núcleo conta com mais de 20 professores e mais de 40 alunos passaram por ele.

Alagamentos

O engenheiro aponta que os alagamentos historicamente tem causas bastante conhecidas e que faltam estudos mais aprofundados, sendo necessários dados históricos para realizar levantamentos efetivos.

"Apesar de o município ter vários anos a ocorrência desses alagamentos, tem uma série e vem se intensificando com o passar do tempo por questões de mudanças climáticas. Seria necessário ter o monitoramento dos nossos rios, precisaríamos instalar sensores nas nossas bacias hidrográficas para ter esses históricos de alagamentos para fazer simulações do que vem acontecendo e nos preparar para eventos como esses", destaca.

Ney aproveitou a oportunidade para evidenciar o aumento da intensidade das chuvas e das ocorrências de alagamentos ao longo dos anos, citando que entre 1997 e 2005 houve 3 eventos com precipitação maior que 100 milímetros, entre 2006 e 2014 foram 10 eventos e tem se intensificado com maior intensidade a partir de então.

"Sem fazer nada a própria natureza está aumentando a potencialidade desses eventos, então é necessário que a gente tome medidas e acabe preparando a cidade para essas ocorrências", pontua.

Outro ponto de destaque da fala do professor foi sobre a importância dos pluviógrafos instalados em pontos distintos das cidades, o que levanta a diferença da quantidade de chuva registrada em cada local de monitoramento.

Em 2016, por exemplo, o Fraron registrou 2 milímetros de chuva, enquanto o bairro Alvorada atingiu 98 mm. Dois anos depois, o Alvorada atingiu 130 mm, enquanto o Fraron atingiu apenas 16 mm. "A gente tem essa diferenciação e precisa ser estudado a fundo".

CÂMARA DE PATO BRANCO



O professor e engenheiro Ney esteve na Câmara de Pato Branco nesta segunda

As causas de alagamento destacadas pelo professor são a impermeabilização do solo, o descarte de lixo incorreto, erosão do solo, sistemas de drenagens inexistentes ou deficientes, falta de arborização, ocupação de áreas de risco e obstrução nos canais e nas galerias.

Para sanar esses problemas, foram apontados a implementação de medidas estruturais e não estruturais. "As medidas estruturais são as obras de engenharia, como bacias de contenção como melhor solução, mas muitas vezes não se tem recursos. Medidas não estruturais procuram reduzir impactos sem modificar o risco das enchentes naturais", explica.

Contribuição

De acordo com o professor, a UTFPR vem contribuindo com o município de diversas formas, como em realizados em nível de mestrado, onde houve a elaboração de manchas de inundação e análise para entender se a bacia de contenção do Pinheirinho teria vida útil e cumpriria sua função a longo prazo.

O estudo foi realizado em 2018 e percebeu-se que dentro de determinado período de tempo o local vai perceber a função. "A gente tem presença de manchas de inundação no futuro voltando a acontecer naquelas áreas que estava resolvido", explica.

Outros trabalhos também foram realizados em outros períodos, com diferentes metodologias e em outros locais do município para identificar a probabilidade de inundação. Um trabalho também foi realizado para verificar os lotes urbanos vazios em Pato Branco, com mapeamento de toda a cidade, analisando o custo da urbanização a partir da expansão do município.

"O poder público e os habitantes acabam tendo maior custo relacionado a transporte coletivo, a prefeitura vai gastar mais com a questão de pavimentação, tem novos postos de saúde, coleta de lixo, toda a infraestrutura acabam tendo que expandir, enquanto a gente tem uma quantidade enorme de lotes vagos que poderiam ser ocupados", conclui.

Segundo Ney, o núcleo está elaborando uma proposta para a Prefeitura de Pato Branco, com o intuito de realizar um estudo sobre os alagamentos na cidade e outro para verificar as causas do deslizamento no bairro Vila Izabel.

Para a metodologia desses estudos, "vamos levantar o meio físico do perímetro urbano, declividade, uso do solo, rios e drenagens. A partir daí, estabelecer o monitoramento dos rios que atravessam a cidade e iniciar a gerar um modelo computacional desses rios", finaliza Ney.



